



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

PARECER JURÍDICO LCR – 175/2019

EMENTA: Projeto de Lei nº 1.017/2019 que Autoriza a abertura na Lei Municipal nº 1.777, de 18 de dezembro de 2018, de Crédito Adicional Especial nos termos do inciso II, do artigo 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Instado a me manifestar, nos termos do art. 226, do RICM, sobre a viabilidade de tramitação **Projeto de Lei nº 1.017/2019 que Autoriza a abertura, na Lei Municipal nº 1.777, de 18 de dezembro de 2018, de Crédito Adicional Especial nos termos do inciso II, do artigo 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964**, passo a opinar, com as seguintes considerações:

O presente Projeto, de autoria do Executivo Municipal, visa obter autorização desta Casa Legislativa para abertura de crédito adicional, conforme descreve, para utilização na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Como se vislumbra pelo Projeto de Lei, pretende o Executivo Municipal remanejar o valor de R\$ 23.054,20 (vinte e três mil, cinquenta e quatro reais e vinte centavos) do “Fundo Municipal de Habitação”, para o “Fundo Municipal de Assistência Social”, a ser utilizado na própria Secretaria de Assistência Social.

A Justificativa, encartada às fls. 004, demonstra as razões e a pertinência do presente Projeto de Lei, que busca tal



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

aprovação Legislativa para abrir crédito adicional especial no Orçamento do Município.

Alega que a presente alteração se faz necessária, *"...tendo em vista que a LOA não previu os elementos de despesas acima, com a fonte de recursos supracitada. No entanto, o Governo do Estado de Mato efetuou o repasse de recursos para alguns programas que estavam com pagamento atrasado..."*

A mencionada Lei 4.320/1964, autoriza a abertura de crédito adicional especial, como vemos:

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

(...)

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

Assim, desde que haja a autorização Legislativa, através de Lei apropriada, é legalmente possível tal procedimento.

A iniciativa e a competência do Projeto de Lei atendem aos dispositivos legais, em especial quanto ao Regimento Interno, art. 89, § 1º, inciso III, combinado com o artigo 37, § 1º, inciso II, alínea d, da Lei Orgânica Municipal.

Portanto, sob o aspecto formal o presente Projeto de Lei está coberto pela legalidade.

Desta feita, à Comissão de Justiça e Redação, à Comissão de Economia e Finanças e Orçamento e à Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social, caberá a apreciação formal e material quanto ao Projeto de Lei em tela.

www.primaveradoleste.mt.leg.br



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Assim, não encontrando nenhum óbice legal que impeça a tramitação do Projeto de Lei sob análise, de forma que, com tais considerações, opino **favoravelmente** ao trâmite regular do presente feito, eis que preenche os requisitos legais.

É o meu parecer.

Primavera do Leste, 12 de novembro de 2019.



Luiz Carlos Rezende

Assessor Jurídico

OAB/MT 8987-B

